

---

# Algumas Reflexões Sobre a Organização Espacial do Assentamento Serraria/ Tamarana- PR

Jeani Delgado Paschoal Moura\*

## RESUMO

Apresentamos neste artigo nossas reflexões referentes ao conjunto de informações obtidas no trabalho de campo, realizado em uma área de assentamento rural, onde o processo produtivo se mantém às custas do pequeno produtor que, cada vez mais é espoliado pelo capital, mantendo a sua produção apenas em níveis de subsistência, salvo algumas exceções.

**PALAVRAS-CHAVE:** questão agrária, camponês, assentamento, pequena produção, capital.

## INTRODUÇÃO

O assentamento Serraria, localiza-se no Terceiro Planalto Paranaense, na região Norte do Paraná, a 23°47'00" latitude S e a 51°03'00" longitude WGr (long. aproximada). Antes de apresentar os resultados conseguidos junto aos assentados, julgamos necessário explicar sucintamente os pressupostos teóricos relativos à questão agrária, cuja riqueza de análises puderam aclarar as reflexões sobre os números obtidos em campo.

No campo teórico sobre a questão agrária duas são as abordagens mais persistentes. Uma primeira leva em conta a permanência do camponês na estrutura capitalista. Esta corrente entende as relações de produção não-capitalistas como sendo criadas pelo próprio processo desigual e contraditório do modo de produção. Assim, o campesinato subsiste, pois é a própria recriação do capitalismo. A segunda abordagem afirma que a evolução do capitalismo levaria à expansão do trabalho assalariado no campo pois, os mercados seriam responsáveis pelo desaparecimento da agricultura camponesa.

Na primeira abordagem o camponês é caracterizado pela capacidade de produzir contando com a força de trabalho familiar. Buscamos explicações acerca do camponês, através do pensamento de Chayanov (1974), Shanin (1980) e Tavares dos Santos (1984).

Na obra de Chayanov, encontramos a teoria do balanço trabalho-consumo e dentro desta análise o autor apresenta elementos que caracterizam a estrutura interna da classe camponesa; o camponês é aquele que produz de acordo com as necessidades da família. Constatamos nas análises de Chayanov que, somente a separação do camponês de seus meios de produção pode levá-los à proletarização, como podemos verificar também em Martins

O trabalhador só pode se converter em empregado, em assalariado, quando é expropriado, quando deixa de ter a propriedade dos instrumentos de trabalho. Não ser proprietário da terra, das ferramentas, das sementes, dos adubos, é condição básica para que o agricultor se converta em empregado. (Martins, 1983, p. 141)

---

\* Professora do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina – PR.

Em Shanin, o camponês aparece de modo diferenciado em determinada época e sociedade pois é fruto de um processo social e histórico; este autor trabalha com algumas características básicas do campesinato: o trabalho familiar, o controle dos meios de produção, a economia de subsistência e qualificação ocupacional multidimensional (agricultura/artesanato/comércio).

Em Tavares dos Santos, o camponês é analisado a partir de sua subordinação ao capital. Ele analisa os diversos elementos que caracterizam a produção camponesa como: a força de trabalho familiar, as práticas de ajuda mútua, o trabalho acessório, a força de trabalho assalariado, a socialização, a propriedade da terra e dos meios de produção, a jornada de trabalho e a reprodução simples da produção camponesa.

Na segunda abordagem temos aqueles que viam na modernização do campo o desaparecimento da agricultura camponesa e familiar. Nesta perspectiva o camponês passa a ser um entrave para o desenvolvimento do capitalismo no campo. Segundo Kautsky, ocorreria uma absorção dos "pequenos" pelos "grandes", portanto, uma desestruturação do trabalho familiar pois

(...) a grande e a pequena empresa não se excluem na agricultura: elas se apoiam mutuamente, como o capitalista e os proletários. O pequeno camponês, apenas, toma então, cada vez mais, o caráter de proletário. (Kautsky, 1980, p.186)

Nas análises de Lênin, vemos a distinção entre os camponeses ricos e pobres. O primeiro grupo integra-se ao mercado através de sua capitalização e o segundo com a proletarianização, ou seja

a transformação do campesinato em proletariado rural cria um mercado principalmente para os artigos de consumo, e sua transformação em burguesia rural cria-o principalmente para os meios de produção. Noutros termos: nos grupos inferiores do campesinato, verifica-se a conversão da força de trabalho em mercadoria e, nos grupos superiores, a conversão dos meios de produção em capital. (Lênin, 1986, p.108)

A classe camponesa para Lênin constituía-se em empecilho ao desenvolvimento social na agricultura, por isso o camponês, em sua maioria destinava-se a proletarianização, pois "(...) para completar sua produção necessária desfalcada pela usura do latifundiário, o camponês recorre (...) ao mercado, vendendo sua força-de-trabalho." (Lênin, 1986, p.24)

A proletarianização ocorreria com a espoliação da terra e venda da força-de-trabalho em determinadas épocas do ano, como forma de complementar a renda familiar. Por outro lado, a situação de melhoria atingiria uma pequena parte do campesinato. Assim, no capitalismo, o pequeno produtor se transformaria em produtor de mercadorias

Mesmo quando este não explora o trabalho assalariado, esta mudança é suficiente para fazer dele um antagonista do proletariado, para transformá-lo num pequeno burguês. Ele vende seus produtos enquanto o proletariado vende sua força de trabalho. (Lênin, 1986, p.92)

Ao resgatarmos as idéias desses estudiosos, devemos considerar que o camponês foi caracterizado em determinada época e sociedade que difere daquela que pretendemos analisar nas linhas que se seguem. Pois, conforme a definição de Martins, temos na realidade brasileira: um camponês que quer entrar na terra, que, ao ser expulso, com frequência retorna à terra, mesmo que seja terra distante daquela de onde saiu. (Martins, 1983, p.16)

Esta classe adapta-se às condições impostas pela relação capitalista (desigual e contraditória) pois, dependendo da situação do mercado, apresenta diferenciações internas, como alguns camponeses que se transformam em pequenos capitalistas, pela forma como exploram o trabalho alheio, ou aqueles que, separando-se dos meios de produção transformam-se em proletários, vendendo a única coisa que sobrou – a sua força de trabalho.

Mas, estes últimos podem negar esta condição de "expropriados" e na luta pela terra, voltar para a terra. Atualmente esses trabalhadores buscam reformas para so-

breviverem no sistema capitalista possuem, portanto, uma visão “reformista” e de maneira alguma “revolucionária”. Além da terra, eles procuram uma organização política e econômica, como nos confirma Martins

Os pequenos proprietários têm procurado organizar-se em cooperativas e sindicatos, e têm desenvolvido sua luta em torno da questão dos preços agrícolas, dos juros bancários, etc., como forma de preservar a propriedade familiar. (Martins, 1983, p.144)

O assentamento é visto como um espaço de luta, pois é o lugar onde se desenvolvem relações sociais, expressando resistência ao criarem novas estratégias para garantir a sobrevivência. Por expressarem o interesse de uma classe é que os assentamentos passam a ser o nosso objeto de interesse, pois permitem o acesso a terra (através da luta), e expressam a organização do espaço econômico, sócio-cultural e político. Entendemos que o assentamento está para a pequena produção familiar, assim como, o assentado está para o pequeno produtor rural pois com a criação do assentamento há a volta do trabalhador rural ao processo produtivo

A questão de como o camponês concebe e utiliza a terra – embora não possa ser isolada de outros aspectos que definem cada contexto particular de existência da pequena agricultura – é sem dúvida uma referência muito importante para a análise das especificidades da produção familiar rural e para o debate sobre os seus modos de inserção na sociedade mais ampla. (Musumeci, 1988, p.27)

Estes trabalhadores através de diferentes estratégias, como a ocupação, vão legitimar a terra de trabalho. Ocupam a terra e após serem desapropriadas entram com o objetivo de explorá-la com a família. Assim, consideramos como unidade produtiva familiar aquela onde o produtor produz com base no trabalho familiar e unidade produtiva capitalista aquela em que o produtor explora o trabalho alheio, auferindo o lucro. À seguir, passaremos a apresentação e análise dos dados obtidos in loco.

## 1. PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO

Para melhor caracterizar as famílias que vivem no assentamento Serraria, partimos da identificação do local da última moradia e do tipo de trabalho que exerciam anteriormente.

O levantamento sobre o local da última moradia indicou que 57,9% das famílias entrevistadas são procedentes do município de Londrina e que 15,9% já viviam em Tamarana (na época, Distrito-administrativo de Londrina), o restante das famílias (26,3%) são procedentes de outros municípios do Paraná como Ortigueira, Mauá da Serra (Norte do Paraná) e Assis Chateaubriand (Região Sudoeste/Oeste). Podemos verificar que todas as famílias são provenientes do Estado do Paraná, de cidades que se localizam na Microrregião de Londrina ou nas proximidades.

Quanto ao tipo de trabalho que desenvolviam na última moradia, uma parcela dessas famílias eram arrendatários (31,6%), outras trabalhavam como empregados da fazenda (26,3%), alguns nos relataram que eram acostumados a trabalhar como bóia-frias (21,1%), enquanto outros eram porcentageiros (10,5%). Encontramos casos de famílias (10,5%) que eram proprietários antes de morar no assentamento.

Como vemos, estas famílias caracterizam-se, a grosso modo, pelo apego que tinham com a terra pois, todas apresentaram experiências no trabalho agrícola, principalmente, em lavouras anuais. Observamos que possuem vivência na zona rural mas não, em administração. A parte administrativa passa a representar um papel importante na vida dos assentados pois, com a aquisição de terras, esses trabalhadores passam a ter mais “autonomia” no trabalho, no processo produtivo e na comercialização da produção.

Pela própria conjuntura e fragilidade de nosso sistema, estas famílias (52,6%) acabaram perdendo a terra e por não querer proletarizar-se (transformando-se em trabalhadores temporários e em alguns casos até permanentes), uniram-se a outras famílias com o objetivo de obter a terra. Aqueles que se encontravam na condição de proletários (empregados e bóias-frias/47,4%) também ficaram sem trabalho e foram obri-

gados a sair de onde moravam, em busca de um outro meio de sobrevivência. Com objetivos comuns, essas famílias tomaram conhecimento da possibilidade de obter terra, não a terra de negócio e, sim, a terra de trabalho<sup>1</sup>.

Conscientes de sua “expropriação” e através de vários meios de informação (televisão, MST, amigos e outros) as famílias tomaram conhecimento das áreas improdutivas na região de Tamarana e comungando o mesmo ideal – o de conseguir um pedaço de terra para morar e cultivar – resolveram participar de movimentos de luta pela terra. Tal condição (“excluídos”) os leva à participação ativa nos movimentos, os quais são responsáveis pela formação de acampamentos, importante “escola” na formação de indivíduos politicamente conscientes. Esta consciência política é muito importante porque além da conquista da terra, capacita-os para a luta por benefícios junto aos órgãos públicos para melhoria nas condições de trabalho e produção dentro dos assentamentos.

A luta pela terra é uma forma de negar as regras impostas pelo sistema capitalista pois, mesmo que haja indenizações aos antigos proprietários dos latifúndios, a desapropriação e a posse da terra ocorrem não pelo seu pagamento, mas sim por meio da luta pela terra.

Da primeira reunião entre os sem-terras (set/1989) à desapropriação da Fazenda Serraria (agosto/1990) transcorreu praticamente um ano. Esta demora nas negociações comprova o desinteresse do Estado pelos sem-terras e pela implantação do assentamento.

O INCRA indicou a área para desapropriação amigável, negociando as terras da família de Moacir Viana, pagando os 384,3 hectares, com títulos<sup>2</sup>. Para determinar a área de terra destinada a cada família, o INCRA levou em conta o tamanho destas e as condições naturais do terreno. Quanto aos critérios para estipular o tamanho das famílias, calculou-se a força de trabalho familiar disponível<sup>3</sup>, pois a presença ou ausência desta mão-de-obra é que determinará o tamanho das unidades produtivas, as quais visam não somente a “sobrevivência” da família mas, um nível de vida adequado com possibilidades de ascensão social.

Estipulado o tamanho das famílias, fez-se o agrupamento considerando apenas dois grupos: famílias grandes (seis componentes em média) e famílias pequenas (três componentes em média).

Quando as famílias sem-terra ocuparam a fazenda, havia muita capoeira<sup>4</sup> o que mostrava claramente o seu abandono. Derrubaram o mato com suas enxadas para, então, construir seus barracos. Pela situação em que as famílias ocuparam a fazenda, evidencia-se que não possuíam maquinários, equipamentos ou qualquer outro tipo de estrutura para iniciarem a produção. Assim, foram vencendo as primeiras dificuldades contando com o auxílio da Igreja Católica (Pastoral da Terra) que doou calcário para corrigir a acidez do solo; com a EMATER que forneceu auxílio dos técnicos, além dos recursos financeiros para compra de sementes e defensivos agrícolas, financiados pelo INCRA.

Na condição de “assentadas”, as famílias foram organizadas em uma associação informal que promovia reuniões mensalmente, para discutir problemas e solucioná-los na medida do possível. Os assentados se dividiam em três grupos: o Grupo dos 9, o Grupo dos 11 e o Grupo dos 16 (formado pelos excedentes). Assim tínhamos no total 20 famílias assentadas, 16 excedentes, sem contar com aqueles que estavam na condição de agregados<sup>5</sup>. Segundo um morador do assentamento, essa divisão ocorreu porque no começo, algumas famílias queriam comprar um trator e usar em conjunto e outras não aceitaram, por isso resolveram dividir-se. A associação do assentamento passou a chamar-se Grupo dos Onze e Grupo dos Nove; atualmente, não existem mais esses grupos e, sim, uma única Associação.

O presidente da Associação de Moradores do Serraria, quando da realização do trabalho empírico, relatou sobre a importância da associação para fortalecer o grupo dos assentados na busca de benefícios para o assentamento, melhorando as condições de vida de todos os moradores. Mas, na visão de alguns moradores a associação não funciona devido ao caráter individualista dos assentados, os quais estão pouco preocupados com o coletivo. A nosso ver, as famílias não estão conscientizadas da

função da associação; neste caso, deveria ocorrer uma maior orientação e integração das famílias, promovendo uma associação mais atuante interna e externamente.

## 2. PERFIL DOS MORADORES

Para melhor conhecer os moradores, buscamos identificar o local de origem dos entrevistados, o tempo de moradia no assentamento, idade e o grau de instrução dos membros da família. Através dessas informações pretendemos chegar a um traço comum, respeitando contudo, a heterogeneidade do grupo.

O levantamento sobre o local de origem dos entrevistados indicou que uma parcela considerável de trabalhadores é originário do Estado do Paraná (93,7%)<sup>6</sup> mas, encontramos uma pequena incidência de paulistas (2,7%), catarinenses (0,9%), baianos (0,9%) e mineiros (1,8%).

Nestes dados podemos perceber um traço de resistência, pois é expressivo o percentual de entrevistados nascidos em nosso Estado, demonstrando que no processo migratório, não migraram para outras regiões do país como alternativa para sair da condição de exploração em que viviam. Permaneceram no Paraná e, hoje, através da conquista de um "pedaço" de terra procuram sobreviver como pequeno produtor rural.

No que se refere ao tempo de moradia no assentamento, 63,1% das famílias vivem no assentamento desde a sua formação; 15,8% das famílias vivem no assentamento entre 5 e 8 anos e outros 15,8% estão no local entre 1 a 4 anos e uma família vive no assentamento há menos de 1 ano (5,3%).

Esses dados mostram que ocorreu a venda ou troca<sup>7</sup> de alguns lotes no assentamento. Isto se deve a problemas econômicos ligado à falta de assistência técnica, ausência de capital para investimentos e custeio das lavouras; sem contar com a dificuldade de sobrevivência de certas famílias em lotes de dimensões reduzidas e o baixo grau de organização dos assentados que possuem pouca credibilidade junto aos órgãos públicos.

A faixa etária dos componentes de família é um ponto significativo, pois interfere no desenvolvimento das atividades no assentamento, onde a família conta com a força de trabalho familiar para a produção. Há um grande contingente de população jovem e um número reduzido de população idosa no assentamento. O número de crianças é expressivo, se considerarmos como criança, os componentes de faixa etária abaixo de 14 anos. A criança, no assentamento, tem um papel importante pois auxilia os pais e irmãos mais velhos no desenvolvimento de tarefas mais simples e com isso, vão adquirindo conhecimento e "gosto" pelo trabalho agrícola. Ademais, no meio rural não existe adolescência pois, de crianças passam diretamente à condição de adultos (Tavares dos Santos, 1984).

À medida que os filhos vão crescendo, exercem o papel de força de trabalho num período não muito longo pois, geralmente o número de membros da família é muito maior do que a capacidade que o lote possui para mantê-los. Assim, ao atingir "vinte e poucos anos" há a tendência a abandonar o lote e proletarizar-se pois, buscam no meio urbano a condição de sobrevivência.

Enfocamos, a seguir, o nível de instrução formal de cada membro da família. Para melhor ilustrar os dados dividimos a Tabela 1 em dois grupos: estudantes e não-estudantes.

Vemos que o nível de instrução formal dos assentados é baixo, já que 45,7% não freqüentam escolas e, destes, 19% não são alfabetizados<sup>8</sup>, desconsiderando, é claro, aqueles que não estão em idade escolar.

Em relação àqueles que freqüentam escolas, constatamos que, o ensino de 1<sup>a</sup>. a 4<sup>a</sup>. séries é ministrado no próprio assentamento, com uma turma no sistema multiseriado<sup>9</sup>, totalizando 18 estudantes. A escola funciona no armazém da antiga fazenda Serraria, local improvisado no período de implantação do assentamento, o qual permanece até os dias atuais. A professora mora no assentamento, não possui o Curso de Magistério mas, está cursando o 2.º Ano do Ensino Médio, em Tamarana. No ensino de 5<sup>a</sup>. a 8<sup>a</sup>. Séries, temos 14 estudantes, no Ensino Médio 13, e no Supletivo 4 estudan-

Tabela 1 – Grau de Instrução dos Assentados.

Escolaridade/ Não-estudantes	N.º de pessoas	%
Ensino Fund. (1.ª/4.ª séries)	26	22,4
Ensino Fund. (5.ª/8.ª séries)	06	4,3
Não-alfabetizadas	22	19,0
Abaixo da idade escolar	14	12,1
Subtotal	67	57,8
Escolaridade/ Estudantes	N.º de pessoas	%
Ensino Fund. (1.ª/4.ª séries)	18	15,5
Ensino Fund. (5.ª/8.ª séries)	14	12,1
Ensino Médio	13	11,2
Supletivo	4	3,4
Subtotal	49	42,2
<b>Total Geral</b>	<b>116</b>	<b>100,0</b>

Fonte: pesquisa "in loco", 1998, atualizado em 2000.

Organizadora: Jeani D. P. Moura.

tes, estes últimos voltaram a estudar depois de muitos anos fora da escola. O ensino a partir da 5.ª série realiza-se na Sede do município de Tamarana.

A escola é muito importante na vida dos assentados pois, os mesmos compreendem que a vida é "mais difícil" sem o estudo. Nos diálogos com os pais constatamos que gostariam de ver seus filhos concluindo um curso do ensino superior. Vemos que a importância da Educação está diretamente relacionada à preocupação dos pais quanto à falta de capacidade de reprodução de novas famílias no assentamento pois, os lotes não são suficientes para suprir as necessidades de uma nova família que pode originar-se a partir do casamento de um dos filhos. Por isso, vêem no estudo, a possibilidade dos filhos partirem para os centros urbanos na condição de mão-de-obra "qualificada".

Mas, apesar desta problemática e na impossibilidade da partida do filho, os pais acabam acolhendo as novas famílias formadas, pois encontramos em três unidades produtivas, famílias agregadas<sup>10</sup>, ou seja, o filho recém-casado, com casa construída no mesmo lote do pai.

A concepção do trabalhador rural não mudou apenas no que se refere à educação formal dos filhos, mas também ao tamanho da família pois, a média de filhos por casal no assentamento é de 3,7 fato que demonstra a mudança cultural ocorrida não só nas

idades como também no meio rural. Antigamente, as famílias eram numerosas, o que representava mais braços para a lavoura; atualmente por razões de ordem econômicas e sociais, a situação é inversa.

### 3. RELAÇÕES DE TRABALHO

Os assentados produzem com a força de trabalho familiar. Esta relação de trabalho vai depender do tamanho e da composição da família (sexo, idade) pois, ao verificarmos a participação da família nas atividades das unidades produtivas, percebemos que em algumas somente os pais trabalham porque os filhos são muito pequenos. Em outras, todos trabalham pois, os filhos já estão em idade de trabalhar. Encontramos também famílias em que os pais e os filhos maiores trabalham em atividades "mais pesadas" enquanto os filhos menores exercem atividades mais simples.

Em relação a faixa etária das crianças, algumas famílias consideram 14 anos a melhor idade para começar a trabalhar. Encontramos famílias em que as crianças auxiliam em tarefas domésticas mais simples ou até na lavoura muito antes dos 14 anos (...) os 'mais pequenos' atrapalham um pouco mas, depois de 6 ou 7 anos já ajudam a varrer o terreiro, levar o café na roça<sup>11</sup>.

Ainda, sobre o trabalho do menor, procuramos saber se há a interferência da escola no trabalho dessas crianças. Percebemos que, em alguns casos, a escola atrapalha um pouco, principalmente, na época da safra. Mas, as crianças estudantes trabalham no período oposto ao escolar, conciliando assim o estudo com o trabalho.

Sentimos que as famílias respeitam a capacidade de trabalho de cada membro da família pois, cada um contribui de acordo com suas possibilidades. As crianças trabalham meio período, já as mulheres contribuem na lavoura na época da safra e o restante do ano se ocupam mais com as tarefas domésticas. Desta maneira observamos uma sintonia entre os membros de cada unidade, um auxiliando o outro no processo produtivo.

Apresentamos, a grosso modo, a divisão do trabalho entre homens, mulheres e crianças, no assentamento:

- homens: preparam a terra para o plantio, cuidam da lavoura e do gado;
- mulheres: cuidam do plantio e manutenção da horta (de subsistência) e dos serviços domésticos, como a comida, limpeza da casa, lavagem das roupas, entre outros;
- crianças: alimentação dos animais (principalmente aves e porcos), limpeza do quintal, compras no assentamento, recados quando necessário entre as famílias, entre outros.

É importante lembrar que, esse processo não é linear pois, em certos momentos requer grande força de trabalho (introduzindo toda família no processo produtivo) e em outros não.

Nos períodos de entressafra, verifica-se um excedente de mão-de-obra pois, não há trabalho para toda a família; assim, a maioria das famílias têm seus filhos maiores e o cônjuge trabalhando em outras fazendas<sup>12</sup> da região e com isso, conseguem manter-se nos períodos difíceis no assentamento, aumentando seus ganhos para subsistência. Além do trabalho em outras fazendas detectamos no assentamento outras atividades realizadas como complemento de renda, as quais podemos destacar:

- Conserto de painéis e vendas de “bugi-gangas” em Tamarana;
- Atividade em estabelecimento comercial (bar e empório) dentro do assentamento;
- Atividades de fabricação artesanal como: compotas de doce de leite, queijo e vassouras;
- Venda e entrega de gás de cozinha a domicílio.
- O trabalho com trator próprio nos lotes vizinhos, cobrando por dias de serviço;

Esse trabalho complementar que alguns membros da família realizam é uma maneira que encontram para equilibrar o excedente da força-de-trabalho nas épocas fora de safra mas, em alguns casos, de atividade complementar passou a ser atividade principal, pelo retorno financeiro auferido ao assentado.

Embora nas unidades a produção seja realizada, majoritariamente, através do trabalho familiar, encontramos a prática de assalariamento permanente em 10,5% destas unidades, fato que nos permite identificar transformações nas relações de trabalho. Esses pequenos produtores, ao manter relações salariais em suas unidades passam a ser classificados como (pequenos) capitalistas já que sua produção se sustenta através da contratação. Por outro lado, temos as famílias (31,6%) que encontram na troca de diárias a alternativa para complementar sua capacidade de trabalho, assim dinamizam a produção, economizando os possíveis gastos com mão-de-obra.

A jornada de trabalho é diferenciada entre as famílias devido, principalmente, à posse dos meios de produção. Atualmente 21,2% das famílias têm trator próprio, o restante utiliza a tração animal e as matracas<sup>13</sup> (78,9%) para realizar o trabalho de preparo do solo e plantio. Das 78,9% famílias que não possuem trator próprio, 31,6% alugam o trator quando necessário, pagando em torno de 25 reais a hora, fato que representa um problema porque diminui os ganhos com a produção. Os outros 47,3%, por falta de recursos, tocam a produção manualmente ou com auxílio de animais, os quais auxiliam no preparo da terra, além

de transportar pessoas e cargas. Neste caso, os equinos são mais utilizados, já que o uso de bovinos para tração não ocorre no assentamento.

O ritmo de trabalho é controlado pelos assentados, assim o tempo destinado ao lazer e à socialização também são determinados por eles. A maioria trabalha todos os dias da semana, exceto aos domingos que, reservam para o lazer. Percebemos que, o mais importante para os assentados é a autonomia do trabalho pois, este é sinônimo de liberdade; liberdade para dirigir o ritmo e a intensidade de seu trabalho. Em entrevista um morador expressou muito bem esse sentimento: "se eu fosse empregado não podia estar conversando com a senhora agora..."<sup>14</sup>. Admitem a dependência que têm com o mercado mas, por outro lado, mostram a satisfação de estar na condição de proprietários.

#### 4. ASPECTOS PRODUTIVOS

Apresentamos a dimensão dos lotes por hectare, com o objetivo de melhor elucidar os aspectos produtivos desenvolvidos nestas pequenas unidades produtivas.

Vemos uma grande distinção entre o tamanho das unidades produtivas, as quais variam de 12,6 a 22,7 ha (Tabela 2), devido

aos critérios utilizados na demarcação dos lotes, em concordância com a força de trabalho das famílias e as características físico-naturais de cada terreno; conforme já mencionamos anteriormente.

Waibel (1979), ao estudar a colonização do Sul do Brasil, demonstrou a importância do tamanho dos lotes para projetos de colonização pois referiu-se à dimensão, apresentando o conceito alemão de *minimale ackernahrung*, ou seja, o tamanho mínimo que deve possuir uma propriedade agropecuária para proporcionar um sustento digno para o agricultor e sua família. A dimensão dos lotes varia de uma região para outra em função de elementos como fertilidade do solo, sistemas de cultivo e vias de acesso aos mercados.

Waibel estima que a *minimale ackernahrung* deveria ser entre 55 a 65 hectares em terra boa, e 80 a 105 em terra ruim pois, ao contrário, ocorre o rápido esgotamento do solo e a falência do agricultor.

Por entendermos a importância do solo como fator de influência nas atividades produtivas, destacamos os tipos de solos encontrados com predominância em nossa área de estudo, com base nos estudos da EMBRAPA (apud EMATER, 1991):

Tabela 2 – Dimensão dos Lotes.

Área da terra ( ha )	Número de lotes	Porcentagem (%)
12,6 - 12,7	02	10,0
13,7 - 13,8	02	10,0
14,1 - 14,2	02	10,0
15,2 - 15,6	02	10,0
16,1 - 16,8	02	10,0
18,1 - 18,8	02	10,0
19,0 - 19,9	02	10,0
20,9	01	5,0
21,8	01	5,0
22,7	01	5,0
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa "in loco", 1998.

Organizadora: Jeani D. P. Moura.



1) Podzólico Vermelho Amarelo – solos minerais não hidromórficos, argila de atividade baixa, com variação distrófica e álica<sup>15</sup>. É um solo profundo (1 à 2 metros) com coloração bastante variável (PVa4). Nas variedades abruptas a intensidade de variações de cores ao longo do perfil são bastantes intensas, passando de uma coloração clara para avermelhada (PVa5). A textura varia desde arenosa/média até média/muito argilosa.

O solo muito arenoso, interfere no manejo de várias formas pois, armazenam pouca água, são altamente susceptíveis à erosão e de certa forma limitam inclusive a mecanização, dependendo fundamentalmente da classe de relevo e da ocorrência de umidade. Na área de abrangência deste tipo de solo predomina o relevo ondulado (8 a 15% de declividade) a medianamente ondulado (15 a 30%).

2) Latossolo Vermelho Escuro – a área de ocupação deste tipo de solo não é significativa no assentamento, abrange apenas dois lotes. É um solo mineral, muito profundo (varia de 10 a 60 cm), poroso e permeável; álico, fortemente ácido, de cor branco avermelhado. São características marcantes deste solo o baixo teor de silte e a baixa relação silte/argila. O relevo predominante é suave ondulado (3 a 8% de declividade) a ondulado (8 a 15% de declividade).

3) Solos Hidromórficos Generalizados – solos mal drenados, nos quais as características zonais determinadas pela ação do clima e vegetação, não se desenvolvem integralmente em virtude da restrição imposta pela grande influência da água no solo, condicionada sempre pelo relevo e natureza do material originário. Sob estas condições, forma-se um solo caracterizado por apresentar cores neutras nos horizontes superficiais. Apresenta em alguns casos, acúmulo superficial de matéria orgânica. Predomina o relevo suave ondulado (3 a 8% de declividade).

Vemos que os solos do assentamento apresentam, a grosso modo, uma acentuada deficiência de nutrientes, muita acidez e CTC<sup>16</sup> elevada. Isto significa que a assistência técnica e financeira é fundamental no processo de desenvolvimento das atividades agropecuárias pois, se não houver um uso racional objetivando a sua conservação, ocorrerá o rápido esgotamento como nos lembrou Waibel (1979).

O microclima predominante no assentamento é o mesotérmico, sem estação seca, com verões quentes, com média de temperatura do mês mais quente (fevereiro) superior a 22° C e do mês mais frio (julho) inferior a 18°C, sendo as geadas frequentes. A precipitação pluviométrica média anual é de 1.525 mm, com a menor em agosto (75mm) e a maior em dezembro (200 mm).

As unidades produtivas do assentamento ocupam uma área total aproximada de 337,6 ha e os 47,0 ha restantes destinam-se ao centro comunitário, à reserva florestal, mata ciliar e estradas.

A mata ciliar localiza-se nas áreas de solos hidromórficos, no fundo de vale e é formada por árvores de baixo valor comercial; representa parte da área de preservação permanente do assentamento. O reflorestamento é caracterizado pela formação homogênea de araucárias e faz parte da reserva legal. Caso haja a necessidade da derrubada de árvores das reservas, os assentados precisam pedir licença para o Instituto Ambiental do Paraná (IAP). Chamamos de capoeira fina a formação arbustiva, sem valor comercial. As pastagens são cultivadas e naturais com predominância de brachiária, grama mato-grosso e colônio. Outro elemento importante a ser considerado é a presença da rede hidrográfica que tem como riacho principal o Congonhas; a maior parte dos lotes é beneficiada com esta rede de drenagem.

Passamos agora a analisar as atividades relacionadas ao uso de lavouras e pastagens no assentamento. Antes de verificarmos os principais produtos cultivados, vale resgatar a experiência das famílias em culturas. Praticamente todas as famílias têm experiências no cultivo de arroz, feijão, milho e hortaliças, desde a implantação do assentamento. No

que se refere a fruticultura, as famílias, em geral não possuíam tradição mas, com o auxílio do técnico têm procurado cultivá-las para subsistência e com pequena expressão comercial.

O produto mais cultivado no assentamento é o milho, produto comercializado e utilizado no próprio lote para alimentação dos animais. A opção pelo cultivo do milho ocorre, principalmente porque é um produto "barato" para produzir, fácil de manejar e comercializar.

Os demais produtos como o arroz, o feijão, as hortaliças, a mandioca, a batata são produzidos mais para o consumo mas, em boas safras as famílias conseguem vender uma parte desses produtos para adquirir outros bens de consumo que não produzem, como é o caso do óleo, sal, remédios, roupas, sapatos, eletrodomésticos, entre outros.

Diante da falta de estímulos à agricultura, causado pelas limitações impostas pela natureza, pelos altos custos de produção, desgaste físico, além dos baixos preços do produto final, o produtor rural vê na pecuária a possibilidade de permanecer no meio rural visto que passa a ser uma atividade mais atrativa. Depositam grande "esperança" na pecuária destinada ao mercado pois, somente com a produção de subsistência será difícil sobreviver nos lotes. Cientes desta realidade os produtores criam estratégias no sentido de diminuir cada vez mais as áreas com atividades agrícolas, com o intuito de aprimorar a pecuária tornando-a atividade principal.

A pecuária é desenvolvida no assentamento em pequena escala. A criação de bovino tem por finalidade a produção para corte e, principalmente produção leiteira (Tabela 3). Os outros animais criados como: aves, suínos e eqüinos são destinados ao consumo da família e uma pequena parte, comercializada.

O interesse demonstrado pela pecuária leiteira pode ser observado pelo aumento desta atividade nos dois últimos anos. Em 1998 a média por unidades produtivas era de 4,5 cabeças. Hoje esta média praticamente triplicou para 12,6 cabeças por unidade pois a venda do leite aumentou muito com a instalação da fábrica de queijos que veremos mais adiante. Embora seja uma atividade de interesse dos assentados, a prática da pecuária também enfrenta dificuldades para desenvolver-se pois, ainda existem problemas relacionados à falta de infra-estrutura adequada, instabilidade do comércio e condições necessárias à produção de animais a curto prazo, além da falta de experiência na criação animal comercial.

Resumidamente, podemos agrupar as atividades agrícolas e a pecuária de acordo com suas finalidades:

- Agricultura comercial: milho e vassouras;
- Agricultura de subsistência: hortaliças (alface, almeirão, repolho, salsinha, cebolinha, entre outros), arroz, feijão, mandioca e batata;
- Pecuária comercial: bovino para produção de leite e carne;
- Criação de subsistência: suínos, aves e eqüinos.

Tabela 3 – Gado Bovino por Unidades Produtivas.

N.º de cabeças	N.º de unidades	%
1 - 5	6	31,5
6 - 10	4	21,0
11 - 15	4	21,0
16 - 20	2	10,6
21 - 25	1	5,3
26 e mais	2	10,6
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>100,0</b>

Organizadora: Jeani D. P. Moura.

Consideramos como agricultura de subsistência a atividade realizada para fornecer alimentos para o consumo familiar e para suprir a necessidade alimentar dos animais, cuja criação pode ser de subsistência ou comercial. As criações de subsistência visam a produção de carne, leite, ovos, banha e força de trabalho para auxílio nas lavouras e no transporte.

Quanto às atividades de cunho comercial, na agricultura destacam-se o milho e a produção de vassouras e na pecuária a criação bovina para a produção do leite. Claro está que, as famílias utilizam parte dos produtos destinados ao comércio e os de subsistência podem ser comercializados caso haja excedentes.

Em algumas famílias presenciamos também uma pequena produção industrial; dado a sua importância, relatamos os três casos encontrados.

A família de Lindomar Dias, composta por 4 pessoas, mora há mais ou menos 10 meses (dados atuais) no assentamento e montaram uma fábrica de vassouras. Ele produz as vassouras em 4 alqueires de terra, produção que lhe garante mercado certo em Curitiba e Santa Catarina. A mão-de-obra familiar não é suficiente para trabalhar na lavoura e na fábrica, por isso ele contrata uma família com 4 componentes para o auxílio na produção. Essa família mora no mesmo lote e ganha proporcional à produção de Lindomar.

Em 1998, quando entrevistamos Israel em nosso trabalho de campo, encontramos sua família com bastante planos para o futuro, entre eles o de montar uma fábrica de queijos. Na época ele nos relatou que o produto era muito procurado em Tamarana. Nossa surpresa ao atualizarmos nossos dados em 2000, foi encontrar esta família em plena fabricação de queijos, tipo: provolone, parmesão e mussarela, com uma produção diária de 100 quilos e com o auxílio de um empregado permanente. Uma outra atividade que desenvolve é a de prestação de serviços pois, armazena gás em seu lote, distribuindo à população do assentamento quando necessário.

Temos ainda o caso da família de Manoel que estimulados pelo sucesso dos amigos resolveram fabricar doce de leite em compota, que vendem nas feiras livres em Tamarana e nas vizinhanças.

Evidencia-se assim que, no assentamento desenvolvem-se atividades ligadas aos três setores da economia: 1. Setor primário: agricultura e pecuária; 2. Setor secundário: indústria (artesanal); 3. Setor terciário: comércio.

O que podemos ainda perceber é que as atividades presentes no assentamento possibilitam um maior intercâmbio entre os moradores pois,

O Hélio e o Ismael e muitas outras famílias criam vacas leiteiras e fornecem leite para a fábrica de queijos de Israel que, além da venda de queijos, facilita a vida de todos, fornecendo o gás de cozinha. O meu estabelecimento comercial passou a ser o ponto de encontro entre os moradores...<sup>17</sup>

Apesar desta inter-relação entre os assentados, a produção é realizada individualmente e organizada pelo chefe de cada família, pois a prática tem demonstrado que a forma coletivizada ou semi-coletivizada de organizar a produção nem sempre tem resultados satisfatórios, devido a uma série de fatores como a falta de infra-estrutura adequada, a falta de controle sobre o trabalho (cada um tem um ritmo de trabalho), falta de maturidade e compreensão para desenvolver o trabalho coletivo. Esses últimos, de ordem cultural, demonstram que o trabalhador rural possui uma consciência de posse individual, pois trabalhavam em terras do patrão ou de forma individual, fato que contribui para descartar qualquer iniciativa de coletividade no assentamento, a curto prazo.

## 5. ACESSO AO CRÉDITO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

Ao analisarmos num mesmo item os dados relativos ao acesso ao crédito, assistência técnica, e comercialização da produção, o fazemos por entender que a pequena agricultura não pode ser discutida sem levar em conta o apoio do poder público na administração de todo processo produtivo. A viabilidade dos assentamentos depende em grande parte do Estado, principalmen-

te, no que se refere ao apoio técnico e financeiro pois, as famílias não necessitam apenas de terra, mas de outros meios de produção como os insumos, maquinários e fertilizantes.

No que se refere ao acesso ao crédito, para conseguir-lo o técnico da EMATER elabora um projeto justificando a necessidade do financiamento. Para subsidiar a pequena produção, foi criado o PRONAF, (em substituição ao PROCERA) com duas linhas de financiamentos, baseado na arrecadação do produtor:

- 1) PRONAF (Tradicional) – para conseguir contrair até R\$ 5.000, o produtor tem que ter uma renda bruta anual de R\$ 8.000,00 a R\$ 27.500,00;
- 2) PRONAF (Especial) – o produtor com renda bruta anual entre R\$ 1.500 a R\$ 2.000, poderá financiar R\$ 500 a no máximo R\$ 2.000 (EMATER/Tamarana, 2001). Esclarecemos ainda, que este financiamento destina-se aos produtores, cujos estabelecimentos não ultrapassam a quatro módulos rurais.

Quanto ao pagamento do empréstimo, o prazo estipulado é de no máximo um ano, com 4% de “rebate” para àqueles que conseguirem pagar na época do vencimento. Passado um ano, caso haja necessidade de renegociar a dívida, o técnico faz um laudo esclarecendo os problemas ocorridos com a produção que possam justificar o não pagamento do financiamento. Porém, o produtor não poderá obter novo financiamento enquanto não quitar sua dívida. No caso das famílias do Serraria, grande parte encontra-se na situação de “inadimplentes”, por isso têm mantido sua produção com recursos próprios.

Vemos que o pequeno produtor, indiretamente, depende do capital industrial e financeiro pois utiliza-se do financiamento para a aquisição de sementes, insumos e implementos agrícolas pagando pela preparação da lavoura. Mas, diante das limitações impostas pela falta de recursos técnicos e financeiros, o produtor improvisa situações como o caso do entrevistado que admitiu usar um volume de água maior do

que o recomendado para diluir herbicidas e inseticidas, solução encontrada para o alto preço destes produtos.

Quanto aos mecanismos de assistência técnica, acreditamos que são fatores importantes para a viabilidade dos assentamentos. Por isso verificamos a frequência com que os técnicos prestam assistência técnica ao assentamento. Quando indagamos sobre a assistência técnica nas unidades produtivas, a maioria informou que recebe esta assistência. Porém, para alguns essa assistência é válida, para outros não. Há aqueles que dispensam as opiniões do técnico e preferem seguir o “senso comum”, ou seja, aquilo que suas experiências determinam. O que podemos perceber nessa relação é que de um lado o produtor reivindica assistência técnica, por outro, demonstra resistência “ao novo”.

Os que são a favor consideram fundamental o auxílio do técnico, pois valorizam a validade do seu conhecimento científico e admitem que a orientação é importante, reconhecendo assim a importância desse profissional na hora de vencer as dificuldades impostas tanto pelo meio natural como pelo econômico. A nosso ver, é importante que haja a interação entre o conhecimento do técnico e o saber do produtor para que juntos possam desenvolver a pequena produção relacionando assim o conhecimento empírico (produtor) com o conhecimento científico (agrônomo e veterinário).

Quanto à comercialização da produção, dependendo do preço o produtor opta por vender direto ou para o intermediário. As formas de pagamento da produção vendida é realizada à vista mas, em alguns casos, o pagamento se faz à prazo. A venda da produção é realizada no município de Tamarana, mercado consumidor mais próximo do assentamento, e os preços dos produtos são sempre fixados pelo comprador. Verifica-se que, o pequeno produtor não tem autonomia no processo de comercialização de seus produtos, ficando então, na dependência das leis operadas pelo mercado. Percebemos que o produtor, nessa esfera da circulação, já se encontra subordinado ao capital pois

(...) no momento em que a mercadoria produzida pelo camponês realiza-se no mercado, apenas uma parcela do valor gerado pelo trabalho do camponês retorna a este sob a forma de dinheiro (...) (Tavares dos Santos, 1984, p.110)

Vemos que o pequeno produtor rural possui seu meio de produção – a terra – e quando adquire os outros meios de produção também importantes (insumos, fertilizantes químicos e sementes) através de financiamentos, ele trabalha para gerar produtos. Ao vender seus produtos conseguem baixos preços, dando apenas para adquirir os outros meios necessários para sua sobrevivência e para quitar suas dívidas ou parte delas.

Assim é que, o produtor entra na esfera da circulação de mercadorias no sistema capitalista. Essa circulação do ponto de vista teórico é considerada uma circulação simples de mercadoria porque o produtor vende para comprar, realizando o ciclo mercadoria-dinheiro-mercadoria, assim a mercadoria sai da esfera da circulação e entra na esfera do consumo (Tavares dos Santos, 1984).

## 6. CONDIÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS

Neste bloco, agrupamos os dados relativos às condições sociais e econômicas da população assentada. Por ocasião do trabalho de campo (1998), observamos que as casas eram construídas de madeira, contavam com luz elétrica e havia uma que ainda utilizava a lamparina. O piso que mais se destacava era respectivamente, cimento, chão bruto e tábuas. O tipo de cobertura era constituído de telhas, coberturas de zinco e sapé. Atualmente houve grande melhoria nas unidades pois 68,5% destas, encontram-se melhoradas com investimentos em infraestrutura do tipo: paiol, abrigo para animais, casa de alvenaria, garagem, água encanada, pomar, galpão, sanitário, entre outros.

Há diferenças nas condições de habitação, isso se deve às condições em que os assentados chegaram ao assentamento, pois alguns possuíam mais recursos do

que os outros, e ao ritmo de trabalho que desenvolvem atualmente.

Quanto a água utilizada pelas famílias, vem das minas e em grande parte chega até as habitações por mangueiras e em alguns lotes a água é do poço. A qualidade de água apresenta contaminação por verminoses, uma vez que as minas são desprovidas de proteção. Quanto ao tipo de esgoto verificamos a existência de fossa séptica, valeta e em uma das casas não há nenhum tipo de fossa. O tipo de instalação sanitária varia, sendo que 68,5% das casas possuem instalação dentro de casa e o restante fora.

Quanto à assistência médica-odontológica não existe, o assentamento conta apenas com um ônibus de saúde que presta serviços à comunidade a cada quinze dias.

Quanto à religião, a missa é realizada na escola pelo padre de Tamarana uma vez por mês, além dos cultos dirigidos pela Igreja Congregação Cristã do Brasil.

Para melhor caracterizar as condições de vida, investigamos os principais eletrodomésticos existentes nas habitações.

Os dados apontam que 84,2% das famílias possuem fogão a gás, 73,7% possuem rádio, 68,4% televisor, 47,4% geladeira, entre outros. A presença desses eletrodomésticos demonstra que estas famílias também buscam o bem estar e o conforto material, antes limitado às cidades. Claro está que os seus valores são outros pois, estas não valorizam o luxo e, sim a praticidade que os objetos podem oferecer.

Pelos relatos dos entrevistados, constatamos uma melhoria no padrão de vida pois, apesar das dificuldades que enfrentam, estão satisfeitos com a terra conquistada visto que, desde a implantação do assentamento, a maioria obteve muitas melhorias.

No que se refere ao poder aquisitivo, vemos que a atual crise brasileira tem provocado impactos negativos sobre o nível de renda no assentamento mas, apesar disso, a nosso ver, não há deficiências nutricionais entre estas famílias pois, aparentemente são saudáveis e, de acordo com os próprios moradores, possuem um bom padrão alimentar, como nos confirma um assentado: (...) comida a gente tem bastante mas, dinheiro que é bom, tem pouco<sup>18</sup>.

Quanto à moradia, vimos anteriormente que, a maioria encontra-se com algumas benfeitorias evidenciando sua melhoria assim, 78,9% dos entrevistados estão satisfeitos com suas casas mas, ainda pretendem melhorá-las futuramente. No que se refere ao trabalho, para 78,9% dos entrevistados houve melhoras já que tiveram a oportunidade de “escapar” da condição de desempregados ou “excluídos”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da recuperação da trajetória de vida, constatamos que há uma mudança de pensamento no que se refere às perspectivas de melhoria de vida no campo. Nas décadas de 1970/80, após toda transformação ocorrida no campo brasileiro os trabalhadores rurais viam nas cidades a possibilidade de ascensão social; hoje a concepção mudou pois, estes vêem no campo a alternativa para manterem as condições mínimas de sobrevivência.

Através da aplicação dos questionários e também em conversas informais com os moradores, percebemos que não vivem presos à acumulação de alguns “pecúlios” para posteriormente, abandonarem seus lotes, mas ao contrário, buscam a cada ano melhorar a produção, para investir em suas unidades, na perspectiva de garantir conforto para a família. A própria mobilidade geográfica antes da chegada ao assentamento, reflete essa busca não só pela sobrevivência, como também por melhor padrão de vida.

Esses trabalhadores sofreram todo processo de mudança ocorrido no Norte do Paraná; mudaram-se as relações de trabalho, uns perderam suas terras, outros seus empregos, mas através dos movimentos sociais criaram condições de recuperá-los. Uma vez conquistada ou, em alguns casos, recuperada a posse da terra, suas aspirações estão voltadas para a melhoria nas condições de trabalho, como também, nas condições de vida.

Encontramos uma complexa relação de trabalho no assentamento, pois esses pequenos produtores de mercadorias, buscam o assalariamento temporário, como estraté-

gia para manter-se no campo. A nosso ver, não são proletários, pois detém ao mesmo tempo a posse e a propriedade da terra; é uma situação diferente dos empregados assalariados, que desprovidos dos meios de produção, vivem exclusivamente da venda de sua força de trabalho para o capital e, em geral, residem nas periferias das cidades. Estes últimos estão mais submetidos aos constantes períodos de desemprego, constituindo uma das camadas mais necessitadas do proletariado brasileiro.

Através desse estudo de caso constatamos que a penetração capitalista no campo não homogeneizou as relações de trabalho pois, ao lado do “exército” de mão-de-obra desprovida dos meios de produção, temos muitos produtores que lutam para permanecer na terra e, através de reivindicações, buscam “amortizar” as desigualdades no desenvolvimento regional brasileiro. Não podemos ignorar a face contraditória desse processo; não há como negar a presença desta classe em nossa sociedade.

Esses pequenos produtores da terra almejam uma mudança política e social, buscam uma estratégia para romper o monopólio da terra. Atualmente, os assentados unem-se às cooperativas agrícolas, para lutar por preços mínimos, comercialização, crédito e assistência técnica, pois o maior empecilho que encontram são as políticas agrícolas que privilegiam o grande proprietário de terras. Há uma grande pressão exercida pelos comerciantes na compra de seus produtos e pela presença do grande capital controlando a venda de insumos; assim, o pequeno produtor vive subordinado às leis impostas pelo sistema capitalista.

## NOTAS

- <sup>1</sup> Em Oliveira (1991) vamos encontrar a distinção entre terra de negócio – quando o capital se apropria e explora o trabalho alheio – a terra de trabalho – quando o trabalhador tem a posse e trabalha com sua família.

- <sup>2</sup> O INCRA pagou por terra “nua” CR\$ 92.721,00, por hectare e o custo médio por hectare sobre as benfeitorias existentes CR\$ 9.588.954,70. Acrescente-se os juros de 3% ao ano com 10 anos para pagamento, sendo 5 anos de carência.
- <sup>3</sup> A força de trabalho familiar foi computada individualmente em equivalentes – Homem (Eq./h), utilizando os seguintes coeficientes: 08-13 anos (H: 0,5/M:0,3); 14-20 anos (H:1,0/M:0,5); 21-60 anos (H:1,0/M:0,8); mais de 60 (H:0,8/M:0,5). Para maiores esclarecimentos ver: Relatório da EMATER/PR, 1991.
- <sup>4</sup> “mato” que ressurgue quando o homem abandona o solo por um tempo (produto da chamada “segunda natureza”).
- <sup>5</sup> São considerados aqui como agregados, pessoas que moram no assentamento “de favor”, geralmente faz parte da família do assentado, como por exemplo, o primo, a sogra, os pais, etc.
- <sup>6</sup> Destes 93,7% originários do Paraná, 41,5% são provenientes de Tamarana, 18,0% de Ortigueira, 14,4% de Londrina e o restante (19,8%) dos municípios próximos.
- <sup>7</sup> Registramos três casos de aquisição do lote por troca e dois casos através da compra dos direitos.
- <sup>8</sup> Em nossa análise foram considerados não-alfabetizados aqueles que nunca freqüentaram escola e conseguem apenas “desenhar” seu nome.
- <sup>9</sup> Neste sistema a professora ministra aulas para as quatro séries (1.<sup>a</sup>/4.<sup>a</sup>) ao mesmo tempo, sendo uma fileira de alunos para cada série.
- <sup>10</sup> O número de agregados no assentamento chega a 11, entre filhos casados, netos, noras, entre outros.
- <sup>11</sup> Entrevista realizada in loco com o Sr. Paulão em 1998.
- <sup>12</sup> Como por exemplo: o corte de madeira em fazendas próximas ao assentamento para a fabricação de papel em Tamarana.
- <sup>13</sup> Plantadeiras manuais.
- <sup>14</sup> Entrevista realizada in loco com o Sr. Paulão em 1998. Lourival, 1998.
- <sup>15</sup> A saturação de base é um fator ligado diretamente à acidez do solo; o solo é considerado distrófico quando a saturação é inferior a 50%. Quando ela é inferior a 50% e a saturação de alumínio superior a 50%, o solo é considerado álico. Este fator é importante porque está diretamente relacionado à produtividade do solo. Os índices de saturação de bases encontrados no assentamento foram muito baixos, tornando-se imprescindível o uso do calcário.

<sup>16</sup> A Capacidade de Troca Catiônica (CTC) relaciona-se diretamente com a fertilidade do solo, está ligada ao grau de intemperismo (tipo de argila) e aos níveis de matéria orgânica do solo.

<sup>17</sup> Entrevista realizada in loco com o Sr. Levino em 2000.

<sup>18</sup> Entrevista realizada in loco com o Sr. Lourival em 1998.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHAYANOV, Alexander V. La organizacion de la económica campesina. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

EMATER-PARANÁ/SEAB. Projeto de assentamento fundiário e determinação dos módulos do imóvel Fazenda Serraria, no Distrito de Tamarana. Londrina, 1991.

KAUTSKY, Karl. A questão agrária. Tradução de C. Iperoig. 3.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LENIN, Vladimir H. Capitalismo nos Estados Unidos da América: novos dados sobre as leis do desenvolvimento do capitalismo na agricultura. São Paulo: Brasil Debates, 1986.

MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1983.

MUSUMECI, Leonarda. O mito da terra liberta. São Paulo: Vértice, 1988.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Agricultura camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991.

SHANIN, Teodor. A definição do camponês: conceituação e desconceituação – o velho e o novo em uma discussão marxista. Estudos CEBRAP, Petrópolis, 1980, n.26, p.43-79.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Colonos do vinho. 2.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Hucitec, 1984.

WAIBEL, Leo. Capítulos da Geografia Tropical e do Brasil. 2.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

---

## Some Consideration About the Settle Organization Serraria / Tamarana – PR

### ABSTRACT

This article shows our reflection on the information we have gotten from the work in the country done on a settle rural area, where the productive process is kept by the support of small producer who has been more and more sent off by capital, keeping the production only to subsist, except for some of them.

**KEY-WORDS:** land question, peasant, settle, small production, capital.